

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA



REGULAMENTO ESPECIFICO DO CAMPEONATO NACIONAL DA 2ª DIVISÃO DE PESCA COM ENGODADOR (FEEDER)

ÁGUA DOCE – 2018

(Revisto em 12 Dezembro de 2017)
(Atualização em 08 de Fevereiro de 2018)

ARTº 1 - OBJECTO

O presente regulamento estabelece os princípios reguladores do Campeonato Nacional da 2ª divisão de Pesca com Engodador (Feeder) - Água Doce, sendo complementado pelo Regulamento Administrativo para a Competição.

ARTº 2 - CAMPEONATO

§1. Este campeonato disputa-se de acordo com os princípios da Pesca de Competição ao fundo, o qual consiste no ato piscatório praticado com cana e com carreto, em que a linha se localiza no fundo, sustida por um Engodador (Feeder), fazendo-se a ferragem do peixe pela sensação do ataque ao isco na linha ou na ponteira da cana.

§2. Este Campeonato disputa-se em 4 provas, com a duração de cinco (5) horas cada, podendo ser efetuadas cada duas provas em dias consecutivos, no mesmo local, ao fim de semana e/ou feriados.

§3. Este campeonato é composto por um número ilimitado de pescadores em cada zona norte, centro e sul. Em 2019 este Campeonato é composto por 32 pescadores cada zona norte, centro e sul, podendo este número sofrer alteração em função do estipulado no Artigo 7º do Regulamento Administrativo para a Competição.

§4. Ascendem ao Campeonato Nacional da 1ª Divisão do ano seguinte 21 pescadores oriundos das zonas norte, centro e sul por método quantitativo. Os restantes mantêm-se no Campeonato Nacional da 2ª Divisão.

§5. Os primeiros classificados de cada zona deste Campeonato serão declarados Campeões Nacionais da 2ª Divisão, Norte, Centro e Sul respetivamente.

§6. A organização das provas deste campeonato é da responsabilidade da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva.

ARTº 3 – DATAS E HORÁRIOS

§1. Anualmente será publicado um mapa regulador do Campeonato, onde constarão as respetivas datas e horários de cada prova.

§2. Não é permitido pescar e/ou engodar na área da prova, nas 12 horas que antecedem o início da prova, exceto quando se realizem duas provas no mesmo dia.

ARTº 4 - ESCALÃO ETÁRIO

§ÚNICO. Têm direito a participar neste Campeonato todos os pescadores devidamente filiados, com a exceção dos pescadores dos escalões de Iniciados e Juvenis.

ARTº 5 - COMPRIMENTO MÁXIMO DAS CANAS

§1. As canas a utilizar em provas deste campeonato, não poderão ultrapassar as dimensões máximas estipuladas pela FIPS-ed.

§2. O comprimento máximo fica estipulado em quatro metros e cinquenta centímetros lineares.

ARTº 6 - LOCAL DE PESCA

§1. Anualmente, será publicado o mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, onde constarão os locais de pesca em que decorrerá cada prova.

§2. O local de pesca terá as seguintes zonas:

- ZONA DE OCUPAÇÃO OU PESQUEIRO: toda a área de solo atribuída a cada pescador, a qual é delimitada lateralmente por duas linhas perpendiculares à linha de água que distarão, entre si, dum mínimo de 12 metros (sempre que possível) e um máximo de 30 metros. À frente, pela linha de água e atrás, por uma linha paralela à linha de água e a uma distância não inferior a 10 metros (sempre que possível).

- ZONA DE PESCA: zona hídrica, onde o pescador pode pescar e engodar e que compreende toda a área interior ao prolongamento das linhas que delimitam o pesqueiro.

§3. Em rios, canais, ou outros locais de água corrente bem como em lagos, ou outros locais de águas paradas, o pesqueiro número um será o situado mais à esquerda, estando o indivíduo de frente para a massa de água.

§4. O centro do pesqueiro está localizado no centro da área delimitada e deverá ser assinalado pela colocação do número ou placa identificativa.

§5. O percurso selecionado deverá, se possível, apresentar condições de pesca iguais para todos os concorrentes e deve evitar, dentro do possível, as interrupções das linhas elétricas, pontes, etc. O percurso não deve apresentar qualquer tipo de perigo para os concorrentes, devendo permitir a pesca de margem podendo penetrar na água até 50cm de profundidade.

Único) Se o percurso for atravessado por linhas elétricas, é interdita a marcação de pesqueiros a menos de 40 metros lineares da prumada das mesmas.

§6. Para uniformizar as condições de pesca, se as margens forem irregulares, a organização, com a supervisão do Júri, aquando da marcação dos pesqueiros, poderá colocar uma demarcação artificial (fita por exemplo), que será tida como sendo a linha de água. Esta delimitação pode obrigar a que, em alguns pesqueiros, o pescador não possa estar junto à real linha de água, tendo de ficar colocado atrás dessa demarcação.

§7. O limite posterior dos pesqueiros deve estar sinalizado.

ARTº 7 – IDENTIFICAÇÃO

§1. Sempre que solicitado pelo Júri, é obrigatória a apresentação do cartão de filiado. Na sua ausência, o pescador poderá identificar-se com documento de identificação válido, onde conste a sua fotografia.

§2. Nas provas Individuais, na primeira prova do campeonato, é obrigatória a apresentação de licença de pesca desportiva atualizada e válida para todos os locais e datas, em que se irá disputar o campeonato, emitida pela entidade competente, bem como do cartão de filiado ou de um documento identificativo. Se a licença apresentada não for válida para todos os locais e datas em que se irá disputar o campeonato, o pescador fica obrigado a apresentar licença válida para cada local, em cada uma das restantes provas do campeonato.

§3. Pescador que não apresente licença de pesca desportiva nos termos referidos no ponto §2., terá obrigatoriamente que enviar cópia legível para a sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, no prazo máximo de 2 dias úteis, via fax, correio eletrónico ou correio registado.

ARTº 8 – ESPECIES PONTUÁVEIS

§ÚNICO. São válidas todas as espécies de peixes capturados, com ou sem medida.

ARTº 9 – SORTEIO DE SECTORES E PESQUEIROS

§1. Os concorrentes serão distribuídos por sorteio efetuado pelo Júri, em sectores homogéneos de oito pescadores cada. Se eventualmente não for possível que todos os sectores tenham oito pescadores, os pescadores que compõem este sector incompleto farão conjunto com os pescadores que lhe fiquem mais próximos, do sector imediatamente anterior, para efeitos de classificação. Para tal, não poderá haver pontas entre estes dois sectores.

§2. Só entram no sorteio:

- a) Os pescadores que tenham procedido à assinatura da folha de presença, até à hora de início do sorteio;
- b) Os pescadores que, não tendo assinado a folha de presença no horário previsto, tenham contactado o Júri informando que por motivo imprevisto e de força maior, ainda estão em trânsito.

§3. O sorteio deverá ser condicionado, de modo a não permitir que, durante o campeonato, um pescador fique colocado mais do que uma vez num dos pesqueiros de uma extremidade (ponta) ou sub ponta sem que, primeiro, todos os pescadores usufruam dessa condição (ficarem colocados em ponta ou sub ponta). Quando todos os pescadores já tenham usufruído da situação acima referida, inicia-se nova ronda. Entende-se por “pesqueiro de extremidade”, aquele que finalize uma sucessão de pesqueiros marcados, não havendo outro a uma distância inferior a quarenta metros.

§4. Em alternativa ao tradicional sorteio manual através da extração de objetos numerados, poderá o sorteio ser efetuado através de programa informático, o qual tem, obrigatoriamente, que respeitar todas as condicionantes acima indicadas.

ARTº 10 - NORMAS A OBSERVAR NUM PESQUEIRO

§1. O concorrente pode posicionar-se à esquerda ou à direita, do centro do pesqueiro, desde que não se afaste mais de quatro metros e meio do centro deste.

§2. Independentemente do posicionamento do concorrente, a sua área de ação ou zona de pesca continuará sempre a ser delimitada pelas duas linhas que separam a zona de pesca das zonas neutras, à esquerda e à direita.

§3. O concorrente pode mover-se livremente dentro do seu pesqueiro de uma forma discreta e silenciosa desde que a cana não esteja em ação de pesca. Ao concorrente não será permitido sair do pesqueiro após o controle dos iscos, salvo se devidamente autorizado pelo Júri, ou na ausência deste por perto, tal controlo deverá ser efetuado pelos dois pescadores colocados mais perto do pescador visado.

§4. Não é permitida a permanência de “ajudas” ou outras pessoas, para além das fitas ou outras marcas de delimitação do pesqueiro, cabendo ao pescador também zelar pelo cumprimento desta diretriz.

ARTº 11 – ISCOS E ENGODOS

§1. A composição dos iscos e engodos deve ser de origem natural. É proibida a utilização de produtos de origem metálica, bem como de origem artificial, tal como, por exemplo, imitações de iscos naturais.

§2. Por isco, entende-se sementes e toda a matéria de origem animal, insetos, vermes, etc. utilizada para colocar no anzol ou para acompanhar o engodo, e que engloba: asticot, pinkies, casters, ver-de-vase, fouilli, minhocas, etc. É proibida a utilização de qualquer tipo e tamanho de granulados (pellets), bolas como isco para utilizar no anzol.

§3. Os iscos não podem ser amassados, colados ou pendurados por método de cabelo ou o-ring no anzol ou sobre ele. Os iscos têm obrigatoriamente que ser espetados pelo anzol.

§4. Por engodo, entende-se toda a matéria inerte ou de origem vegetal, utilizada para atrair o peixe, podendo ser lançada separadamente como alimento, e que engloba: farinha, terra, gravilha, sementes cozidas ou cruas, etc. É proibida a utilização de qualquer tipo e tamanho de granulado (pellets), bolas como engodo.

§5. É vedado aos pescadores utilizar, como isco ou engodo, ovas de peixe ou outros componentes que a lei proíba.

§6. É vedado aos pescadores utilizar, como isco ou engodo, peixes vivos ou mortos.

§7. Terminada a prova, é vedado aos pescadores deitar para dentro de água os iscos e engodos sobrantes. Devem, assim, transportá-los de volta e dar-lhes o destino que entendam por conveniente.

§8. A adição de qualquer aditivo líquido aos iscos ou engodos, só pode ser efetuada antes do controle dos mesmos. Não pode ser adicionado qualquer aditivo aos iscos e ou engodos, seja sob a forma de líquido, *spray*, pó ou outros, após o controle dos iscos e engodos e até ao final da prova. A mesma proibição aplica-se ao Engodador (feeder), quer seja no seu exterior ou no seu interior. Excetuam-se as substâncias previstas no §11. do ARTº 14.

ARTº 12 - LIMITAÇÃO DE ISCOS E ENGODOS

§1. Anualmente, será publicado um mapa regulador deste Campeonato, onde constarão os limites de iscos e engodos a usar por cada pescador em cada prova, tendo em vista a época, locais e cursos de água.

§2. Cabe ao Júri o controle de iscos e engodos. É recomendável que todos os pescadores sejam controlados. No entanto, o Júri pode decidir controlar parcialmente os pescadores, por sorteio.

§3. Se o Júri optar por fiscalizar parcialmente os participantes, a escolha dos concorrentes a controlar será feita por sorteio, efetuado por um ou mais elementos do Júri, junto de um dos pescadores das extremidades da zona.

§4. O Júri pode inspecionar todo o equipamento do pescador que se encontre dentro do pesqueiro, no sentido de procurar eventuais iscos e engodos não apresentados a controlo. De modo a não ferir suscetibilidades, para este tipo de controlo, deve ser preferencialmente adotado um critério uniforme: ou são todos controlados, ou os pescadores são controlados por sorteio.

§5. O período de controlo de iscos e engodos decorrerá entre os 75 e os 25 minutos que antecedem o início do período de engodagem.

§6. Os engodos deverão ser medidos molhados e soltos. Após o controlo, não poderão ser peneirados, crivados ou mexidos utilizando qualquer artefacto que não as mãos. Todavia, após o controlo, poderá ser adicionada água aos engodos através de pulverizadores em *spray* mas, somente, depois da engodagem inicial.

§7. Os iscos e os engodos serão medidos em litros e/ou em quilos, conforme for estipulado no mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1.

§8. Se no mapa regulador deste Campeonato, for definido que os iscos serão medidos em litros, estes devem ser apresentados ao Júri dentro de recipientes com a indicação da medida de capacidade indicada no mapa regulador. No caso da areia e/ou gravilhas, podem ser apresentadas em medidas que cumpram com o volume definido (por exemplo garrafas de água). Quando da chegada do Júri, junto do pescador para proceder ao controlo dos iscos e engodos, estes já deverão estar dentro dos recipientes os quais deverão ser apresentados fechados, sem nada que auxilie a sua manutenção neste estado, por exemplo fita adesiva.

§9. Pescador que não respeite os limites de iscos e/ou engodos indicados no ponto §1., além da atribuição da respetiva penalização, o Júri procederá à reposição dos limites permitidos.

§10. Antes do sinal de entrada nos pesqueiros ser emitido, os iscos e engodos podem ser manipulados pelo pescador ou por uma outra pessoa, fora do pesqueiro. Após este sinal e antes do início do controlo de iscos e engodos ser efetuado, estes podem ser manipulados pelo pescador dentro do pesqueiro ou por outra pessoa fora do pesqueiro. Após o início do controlo de iscos e engodos, estes só podem ser manipulados pelo pescador dentro do pesqueiro

§11. Após o controlo ter início, é proibida a entrada de qualquer isco ou engodo adicional para dentro do pesqueiro. Eventuais exceções, por motivos devidamente justificados, são da exclusiva competência do Júri da prova, mas as mesmas terão que ocorrer sempre antes do início da engodagem.

§12. Para o controlo dos engodos, deve ser utilizado recipiente aferido segundo as normas internacionais e os engodos devem ser transferidos para esse mesmo recipiente para aferir a totalidade de litros propostos a controlo. Caso sejam disponibilizados diversos tipos de engodo, várias medições sucessivas e cumulativas devem ser efetuadas.

ARTº 13 - CONTROLADORES

§1. A presença de controladores é desejável, mas não obrigatória.

§2. Sempre que existam controladores, estes devem posicionar-se à retaguarda esquerda ou direita do pescador, de modo a poderem vigiar e contar os exemplares capturados, sem no entanto incomodar os pescadores.

§3. Sempre que existam controladores se o pescador efetuar uma captura não válida, o controlador dará indicação ao pescador nesse sentido.

§4. Sempre que existam controladores, depois de cada captura, o controlador deve registá-la na ficha de controlo de quantidade de exemplares capturados.

§5. Cada controlador poderá, no máximo, controlar dois pescadores.

§6. Os controladores deverão conhecer os regulamentos aplicáveis, de modo a auxiliarem o Júri.

ARTº 14 - ACTUAÇÃO DOS PESCADORES EM COMPETIÇÃO

§1. A atuação de um pescador em competição rege-se pelo estrito cumprimento das normas da pesca de competição, sob a égide da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, constantes neste regulamento, no regulamento administrativo, no mapa regulador indicado no ARTº 1 e noutros aplicáveis.

§2. Os pescadores devem prestar a máxima atenção às instruções que lhe são transmitidas, antes de entrega dos documentos, nomeadamente quanto a horários e outras indicações.

§3. É proibido qualquer tipo de ajuda que ultrapasse o transporte de material até à entrada do pesqueiro. Excluem-se desta proibição as seguintes situações:

- a) Caso de emergência, acidente e/ou doença súbita;
- b) Fornecimento de líquidos para consumo próprio;
- c) No desbloquear de uma cana bloqueada;
- d) No fornecimento de um elemento de cana fraturada ou outro equipamento desportivo entretanto danificado. O elemento de cana de substituição só poderá entrar no pesqueiro sob controlo do Júri, ou na ausência deste por perto, tal controlo deverá ser efetuado pelos dois pescadores colocados mais perto do pescador visado;
- e) No fornecimento de cana, somente no caso de pescador ter quebrado cana idêntica em ação de pesca ou acidente. A cana de substituição, cujo comprimento máximo não poderá exceder o comprimento da anterior, só poderá entrar no pesqueiro sob controlo do Júri, ou na ausência deste por perto, tal controlo deverá ser efetuado pelos dois pescadores colocados mais perto do pescador visado.

§4. O período de preparação do material deve ser de noventa minutos, incluindo o período para engodagem.

§5. Cada prova terá os pescadores divididos por sectores uniformes e terá a duração de cinco horas.

§6. Em cada prova haverá oito toques, sendo que deverão ter uma duração breve e o seu início marca a sua efetividade:

- 1º Toque - 150 minutos antes do início da prova, que dá início à concentração;
- 2º Toque - 135 minutos antes do início da prova, que dá início ao sorteio;

- 3º Toque - 90 minutos antes do início da prova, que permite a entrada dos pescadores e respetivo equipamento nos pesqueiros e indica que o controle de iscos e engodos vai começar daí a 5 minutos;
- 4º Toque - Sinaliza o fim do controle de iscos e engodos;
- 5º Toque – Ocorre 10 minutos antes do início da prova e permite o início da ação de engodagem, sem anzol na montagem;
- 6º Toque – Indica o momento de início da ação de pesca;
- 7º Toque – Ocorre 5 minutos antes do final da prova, indicando que faltam 5 minutos para terminar a prova;
- 8º Toque – Indica o final do período de ação de pesca.

§7. Antes do toque de entrada para os pesqueiros, é interdito ao pescador começar a preparar o seu equipamento (montar plataformas, canas, etc.), podendo, no entanto, colocá-lo à entrada do pesqueiro (dentro ou fora).

§8. Após o toque de entrada nos pesqueiros, o pescador pode entrar com o equipamento para dentro do mesmo e começar a prepará-lo, sondar a profundidade da água, colocar a manga na água, etc.

§9. Antes do início do período de controlo de iscos e engodos, pode ser fornecido ao pescador qualquer equipamento para dentro do pesqueiro desde que não esteja montado. Após o início deste controlo, o único equipamento que pode ser fornecidos ao pescador para dentro do pesqueiro, é o indicado nas alíneas d) e e) do §3..

§10. O período de engodagem, sem restrições, decorre nos dez minutos que antecedem o início da prova e é obrigatório ser feita pelo pescador. Para este efeito, só podem ser utilizados engodadores (feeders), nas suas várias vertentes e tipos, tendo como limite as dimensões máximas constantes do § 17º. É interdito enviar para a água qualquer isco ou engodo utilizando a mão, fisga ou qualquer outro artefacto que não no Engodador (feeder). Durante este período, a montagem não pode estar provida de qualquer anzol.

§11. Em caso de utilização de asticot colado, apenas no momento de preparação do mesmo, anterior ao início da prova, poderão ser adicionadas as substâncias nas alíneas abaixo indicadas. Após o início da prova:

- a) Apenas é permitida a recolagem dos asticots com cola específica (em pó ou granulada) e água;
- b) É permitida a passagem das mãos por qualquer tipo de farinha (para evitar que se colem às mãos);
- c) É permitida a junção de areia/gravilha, desde que não ultrapasse o limite estipulado no Regulamento Específico do Campeonato;
- d) A junção de outras substâncias, exceto as indicadas nas alíneas anteriores, fica expressamente proibida.

§12. Após o início do 8º sinal, não é válido mais nenhum peixe, a não ser que já se encontre totalmente fora de água. Se este não se encontrar totalmente fora de água, o pescador deverá devolvê-lo de imediato ao seu meio ambiente.

§13. Em ação de pesca, é permitido atuar em qualquer ponto para diante do que represente a margem normal da linha de água até 50cm de profundidade ou demarcação artificial colocada pela organização. No entanto, é permitido o uso da plataforma ou acessório equivalente com as dimensões máximas de um metro por um metro, para que o pescador possa estar em cima dela. Plataformas adicionais podem ser colocadas na mesma linha da primeira, mas só para colocar material.

§14. Os pescadores podem ter várias canas montadas, mas apenas uma em ação de pesca.

§15. O pescador pode ter preparados vários Engodadores (feeders) de reserva.

§16. Cada cana, em ação de pesca, só poderá ter um máximo de uma linha de pesca montada, a qual deverá estar munida, obrigatoriamente, de apenas único anzol simples.

§17. O Engodador (feeder), cuja dimensão máxima não poderá exceder 5 cm de diâmetro e 7 cm de comprimento com peso mínimo de 15gr terá de ter forma cilíndrica, não sendo permitido alterar a sua forma, deve deslizar livremente sobre o “corpo da linha” ou sobre o suporte fixado no mesmo, a fim de permitir que o peixe se liberte, em caso de quebra da linha.

§18. Os iscos e engodos, colocados no Engodador (feeder), não podem exceder os limites deste, estabelecidos no ponto anterior.

Único. É interdito o uso de “method feeder” ou de “mola” (ver anexo 1) e qualquer Engodador que não tenha capacidade de transporte no seu interior e que exceda as medidas estipuladas no artigo anterior.

§19. A linha do anzol terá de ter um comprimento mínimo de 50 centímetros medidos a partir da extremidade inferior do Engodador (Feeder). Na altura da medição a linha deverá estar em posição paralela ao Engodador (Feeder). (Ver §38 imagem 1).

É proibido fazer passar o terminal por dentro do Engodador (feeder) com a intenção de diminuir a distancia do anzol. (Ver §38 imagem 2).

§20. É proibido enrolar exteriormente o terminal ao Engodador (feeder) com a intenção de diminuir o distancia do anzol.

§21. Para sondar a profundidade (antes do começo da engodagem) é autorizada a utilização dum peso “chumbada”, sendo interdita a utilização do Engodador (feeder) para o efeito.

§22. A captura de um peixe, com o anzol acidentalmente cravado noutra local que não a boca, é considerada válida.

§23. A captura de um peixe com o anzol ostensivamente cravado noutra local que não a boca, é considerada inválida e o exemplar deverá imediatamente ser devolvido ao seu meio ambiente.

§24. A captura de um exemplar preso noutra linha que não a do pescador (linha solta), é considerada inválida e o exemplar deverá imediatamente ser devolvido ao seu meio ambiente.

§25. Se a linha com um peixe capturado se embaraçar noutra de outro pescador dentro da sua área de pesca o peixe será válido se as linhas se desembaraçarem antes de finalizar a captura. Se dois pescadores capturarem um peixe cada, e as linhas se embaraçarem uma à outra os dois peixes serão válidos se as mesmas se desembaraçarem antes de finalizarem a captura. No caso das linhas de dois pescadores se mantiverem embaraçadas uma à outra depois de terminarem a captura dos peixes, estes, não serão válidos e deverão de imediato ser devolvidos à água.

§26. É obrigatória a utilização de mangas de malha de tecido ou *nylon*, com a medida mínima de quarenta centímetros de diâmetro por três metros de comprimento, no caso de mangas redondas, ou com cinquenta centímetros de diagonal por três metros de comprimento, no caso de mangas retangulares. Esta deverá estar durante toda a competição tão submersa quanto possível, de modo a reter os exemplares capturados em boas condições, a fim de permitir a sua devolução à água em boas condições de sobrevivência, após o ato de pesagem. Não é permitido utilizar qualquer outro sistema ou recipiente para manter o peixe capturado.

§27. Após uma captura é interdito ao pescador colocar a linha em ação de pesca sem que antes coloque o peixe na manga.

§28. A utilização de eco sondas é interdita.

§29. Os pescadores devem prestar ao Júri, as informações e esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§30. Salvo em caso de qualquer emergência ou razão não imputável ao pescador, no espaço de tempo compreendido entre as horas estipuladas no mapa regulador do campeonato previsto no Art.º 1, como sendo a de concentração e de uma hora e meia após a hora de término, é terminantemente proibida a entrada do pescador dentro de água, seja a título de recuperar equipamento, festejos, ou qualquer outra razão.

§31. No fim da competição, o pescador ao abandonar o pesqueiro, o pescador tem obrigatoriamente que transportar consigo todo o lixo que tenha produzido, bem como a placa identificativa indicada no ponto §4. do Art.º 6 (esta só no segundo dia de cada conjunto de duas provas no mesmo local).

§32. Sempre que o pesqueiro apresente um volume anormalmente elevado de ervas, dentro ou fora de água, é permitido ao pescador cortá-las, mas somente até trinta minutos antes do início da prova.

§33. Durante a prova, é proibida a utilização das mãos, fiskas ou outros artefactos que não o Engodador (feeder), como meio transporte de iscos e/ou engodos.

§34. Só podem ser usados anzóis simples e o intervalo máximo entre a ponta e a haste deve ser de 7 mm (normalmente um anzol n.º 10).

§35. É proibida a utilização de Engodadores (feeders) do tipo flutuantes. O Engodador (feeder) terá obrigatoriamente que repousar sempre no leito do rio, ou seja, a partir do momento em que o mesmo toca na água, deve ter peso suficiente para descer imediatamente até ao fundo e aí repousar sem possibilidade de submergir após a libertação do seu conteúdo, quer sejam iscos ou engodos.

§36. Em caso de utilização de asticot colado, apenas no momento de preparação do mesmo, anterior ao início da prova, poderão ser adicionados aditivos líquidos ou sólidos.

Após o início da prova:

- a) Apenas é permitida a recolagem dos asticots com cola específica (em pó ou granulada) e água;
- b) É permitida a passagem das mãos por qualquer tipo de farinha (para evitar que se colem às mãos);
- c) É permitida a junção de areia/gravilha, desde que não ultrapasse o limite estipulado no Regulamento Específico do Campeonato;
- d) Qualquer junção de outras substâncias aditivas, exceto as indicadas nas alíneas anteriores, fica expressamente proibida.

§37. É obrigatório lançar, independentemente da distância a que o pescador pretende pescar. É proibido depositar o Engodador (feeder), sem efetuar o lançamento o qual no momento da abertura do pick-up (asa de cesto) a linha e o carreto não podem ser bloqueados com o dedo. Entende-se por lançamento a saída de fio da bobine do carreto por ação do movimento da cana. Após o Lançamento a cana pode ser colocada no apoio ou movimentada livremente nas mãos.

§38. A montagem do Engodador (feeder) deve seguir os seguintes esquemas:

Figura 1. Montagem correta , com explicação do modo de medição do terminal



Figura 2. Montagem não permitida.

ARTº 15 – TEMPORAIS

§1. Se antes do início do período de preparação do material começar um temporal, o Júri atrasará o seu início com consequências no horário de toda a prova.

Único) Se, decorrida uma hora, o Júri entender que não estão reunidas as condições de segurança necessárias para a realização da prova, adiará a mesma, sendo esta marcada nos termos do ponto §3.

§2. Se, durante o período de preparação do material e/ou da prova, começar um temporal, o Júri dará dois toques breves e consecutivos de aviso, sendo que passado um minuto, dará novamente dois toques interrompendo a preparação / prova, devendo os pescadores abandonar o pesqueiro de imediato.

- a) Se a interrupção ocorrer durante a prova, após o início do 1º toque da efetivação da interrupção (segundo conjunto de dois toques), não é válido mais nenhum peixe, a não ser que já se encontre totalmente fora de água. Se este não se encontrar totalmente fora de água, o pescador deverá devolvê-lo de imediato ao seu meio ambiente.

- b) Se, no prazo máximo de 30 minutos, o Júri considerar estarem reunidas as condições de segurança necessárias para a realização da prova, dará dois toques breves e consecutivos permitindo a entrada dos pescadores no pesqueiro.
- c) Se a interrupção tiver ocorrido durante o período de preparação, os pescadores retomarão de imediato a sua ação, não contando o tempo de interrupção para a duração total do respetivo período.
- d) Se a interrupção tiver ocorrido durante a prova, cinco minutos após a autorização de entrada no pesqueiro, será dado um toque que autoriza o início da ação de pesca, não contando o tempo de interrupção para o tempo de duração da prova.
Único) Durante estes cinco minutos o pescador pode preparar todo o seu material e ou sondar, mas não pode engodar.
- e) Se após o reatar referido na alínea anterior, voltar a haver a necessidade de nova interrupção, agirá o Júri conforme aí estipulado.
- f) Não pode haver mais de duas interrupções.
- g) Se houver necessidade de uma terceira interrupção:
 - i. Se tiverem decorrido pelo menos dois terços da duração total da prova, a mesma será considerada como terminada.
 - ii. Se tiverem decorrido menos de dois terços da duração total da prova, a mesma será considerada inválida, sendo marcada uma nova prova em sua substituição nos termos do ponto §3.

§3. Se não for possível concluir uma prova, a mesma será marcada pelo Presidente da Área de Água Doce da Federação, devendo:

- a) Caso o mesmo local esteja livre e reúna as condições necessárias, será marcada para o fim de semana seguinte.
- b) Se, no prazo referido na alínea anterior, o mesmo local não estiver livre ou não reunir as condições necessárias, será marcada em local e data considerados por convenientes.

ARTº 16 - PESAGEM

§1. O ato de pesagem dos exemplares válidos capturados deve ser efetuado por uma equipa de dois elementos da Organização. O Júri deverá supervisionar. Na impossibilidade por parte destes, tal procedimento será assegurado por um elemento do Júri e pelo pescador situado no pesqueiro de número mais baixo, dentro de cada sector, ou pelos dois pescadores situados nos pesqueiros de número mais baixo, dentro de cada sector. Um dos elementos procederá à pesagem e o outro tomará nota dos pesos nas respetivas fichas de pesagem.

§2. A ficha de pesagem tem, obrigatoriamente, de ter duas vias, em papel com propriedades copiativas, em que o duplicado, seja cópia fiel e integral de tudo o que seja registado no original. Depois de efetuados todos os procedimentos de cada pesagem, o responsável pela anotação dos pesos tomará nota nas respetivas fichas de pesagem, entregará o duplicado ao pescador e guardará para si o original que entregará, posteriormente, ao Júri. Para colmatar qualquer imponderável de extravio ou destruição fortuita dos originais, o pescador deverá guardar, obrigatoriamente, os seus duplicados de registo de pesagem até, pelo menos, trinta dias após o término do campeonato.

§3. A pesagem será efetuada utilizando balanças com uma gradação não superior a vinte gramas.

§4. Os arredondamentos serão sempre efetuados para a fração superior.

§5. Todos os pescadores têm de se apresentar à equipa de pesagem e de entregar a totalidade dos exemplares válidos capturados, não se podendo recusar a tal. Pescador que, por motivo de força maior, necessite de se ausentar antes do término da competição, terá de informar o Júri, a quem caberá aceitar (ou não) a justificação.

Único) Se o pescador se ausentar antes do término da competição, devidamente autorizado pelo Júri, a sua manga com o respetivo peixe terá que ficar dentro de água, só podendo o peixe ser pesado no final da prova, quando o mesmo acontecer com os restantes competidores.

§6. A manga, contendo os exemplares válidos capturados, só deve ser retirada de dentro de água, pelo pescador, quando tudo já estiver pronto para proceder à pesagem. O pescador tem, obrigatoriamente, que assistir ao ato de pesagem, para certificação do peso dos exemplares válidos capturados. Depois de concordar com a pesagem feita e de ter assinado a respetiva ficha de pesagem, não haverá possibilidade de reclamação sobre a mesma.

§7. No ato de pesagem, os exemplares válidos devem ser retirados da manga para uma rede especial, com malha igual ou inferior a 1 cm, rede esta colocada dentro de um balde de medida igual ou superior a 25 litros, para evitar a queda dos exemplares para o terreno. Este processo permitirá a eliminação da água excessiva e outros produtos que possam interferir na pesagem final (iscos, areia, pedras, etc.). Só após este processo, os exemplares podem ser transferidos para o recipiente/saco de pesagem. Este processo é obrigatório em todas as Provas dos Nacionais. Nas provas Associativas, a adoção deste procedimento é facultativo.

§8. Pescador que não tenha capturado nenhum exemplar válido, tem que apresentar a respetiva ficha de pesagem onde deverá ser anotado “zero” ou “grade”. Depois de concordar com o registo da menção e de ter assinado a respetiva ficha de pesagem, não haverá possibilidade de reclamação.

§9. Quando for (em) apresentado (s)s à pesagem exemplares válidos capturados de pequeno tamanho, que não chegue (m) a apresentar registo na escala da balança (peso assinalado igual a zero), o peso a atribuir será igual à quantidade de exemplares apresentados, sendo que 1 exemplar será igual a 1 grama.

§10. Após a pesagem dos exemplares válidos capturados, estes devem retornar para dentro da manga, a qual deverá ser imediatamente colocada dentro de água de modo a preservá-los em boas condições. Esta medida visa, unicamente, colocar todos os pescadores em situação de igualdade. Em caso de avaria da balança durante o processo de pesagem, sendo necessária a sua substituição, todos os pescadores verão os seus exemplares válidos capturados pesados com uma mesma e única balança. Nesta situação, proceder-se-á à anulação de todas as pesagens do sector efetuadas pela balança substituída, sendo os exemplares capturados válidos de todos os pescadores do sector pesados pela nova balança.

§11. Após terminada a pesagem do sector e não tendo havido qualquer avaria da balança, o indivíduo encarregue de proceder à pesagem, dará indicação para que os exemplares capturados sejam devolvidos ao seu meio ambiente, operação que deverá ser efetuada com cuidado de modo preservá-los.

§12. Sempre que algum exemplar suscite dúvidas, o responsável pela pesagem deve:

- a) Se a dúvida ocorrer devido ao estado de conservação:
 - i. Mencionar o facto na ficha de pesagem, facto que deverá ser assinado por si e pelos dois pescadores que se encontrem mais próximos do pescador protestado;
 - ii. Proceder à pesagem de todos os exemplares, incluindo o exemplar duvidoso;
 - iii. Proceder à pesagem de todos os exemplares, excluindo o exemplar duvidoso;
 - iv. Reter o exemplar duvidoso para ser presente e analisado em reunião de Júri;
 - v. Prestar todos os esclarecimentos tidos como necessários pelo Júri.
- b) Se a dúvida for relativa a um exemplar protestado por infração ao mencionado nos pontos §12., §24 e §25. do ARTº 14:
 - i. Mencionar o facto na ficha de pesagem, facto que deverá ser assinado por si, pelo autor do protesto e por dois pescadores que não tenham qualquer afinidade familiar nem sejam do mesmo clube do protestante;
 - ii. Proceder à pesagem de todos os exemplares, incluindo o exemplar duvidoso;
 - iii. Pesagem do maior exemplar. Caso não exista um maior exemplar, visivelmente identificável, o responsável pela pesagem deverá escolher um de entre o lote dos maiores;
 - iv. Prestar todos os esclarecimentos tidos como necessários pelo Júri.

ARTº 17 – CLASSIFICAÇÃO

§1. A classificação faz-se por sector e pelo maior peso de exemplares válidos capturados, sendo atribuído um ponto ao primeiro classificado, dois pontos ao segundo classificado e assim sucessivamente.

§2. Na eventualidade de existir um sector com menos de 8 pescadores, a classificação destes será obtida entre si e os pescadores mais próximos (em número que no total perfaça 8) do sector imediatamente anterior, conforme § 2 do artº.9.

Exemplo:
 Prova com 22 pescadores
 Sector A 8 pescadores
 Sector B 6 pescadores
 Sector C 8 pescadores

Para obtenção da classificação dos pescadores do sector B, estes (6) farão grupo com os (2) pescadores que lhe estejam mais próximos do sector imediatamente anterior (sector A) nos termos do § 1.

§3. Em caso de igualdade de peso, no mesmo sector, os pescadores considerados marcarão um número de pontos equivalente à média dos lugares que iriam ocupar.

EXEMPLO:

Pescador A	1,800	6º lugar
Pescador B	1,800	7º lugar
Pescador C	<u>1,800</u>	<u>8º lugar</u>
Total - 21 pontos		

21 pontos a dividir por 3 pescadores = 7 pontos

Portanto, neste exemplo, a cada um destes três pescadores seriam atribuídos sete pontos.

§4. Aos pescadores sem exemplares válidos capturados (grade) serão atribuídos, um número de pontos equivalente ao valor médio dos lugares não atribuídos no mesmo sector.

EXEMPLO:

Num sector com oito pescadores, cinco deles fizeram capturas ocupando os cinco primeiros lugares, os restantes, sexto a oitavo não efetuaram qualquer captura válida, então teremos:

$$\frac{6+8}{2} = 7$$

Portanto neste exemplo, a cada pescador que não fez capturas, seriam atribuídos sete pontos.

§5. Sempre que numa prova existam sectores com grades, a pontuação máxima a atribuir, em todos os sectores, será igual à pontuação da menor grade.

EXEMPLO:

- Sector A – 8 pescadores – 3 grades – pontuação dos pescadores com grade – 7 pontos
- Sector B – 8 pescadores – 0 grades – pontuação dos pescadores com grade – não se aplica
- Sector C – 8 pescadores – 5 grades – pontuação dos pescadores com grade – 6 pontos

Portanto neste exemplo:

- a) Aos pescadores classificados em 5º dos sectores A e B (com exemplares válidos capturados), seriam atribuídos cinco pontos;
- b) Aos pescadores classificados em 6º, 7º e 8º do Sector A (sem exemplares válidos capturados), seriam atribuídos seis pontos (valor da grade não da sua zona, mas sim o valor da grade da zona C);
- c) Aos pescadores classificados em 6º, 7º e 8º do Sector B (com exemplares válidos capturados), seriam atribuídos seis pontos;
- d) Aos pescadores classificados em 4º, 5º, 6º 7º e 8º do Sector C (sem exemplares válidos capturados), seriam atribuídos seis pontos (valor da grade da sua zona).

§6. Ao pescador que falte a uma prova será atribuída uma pontuação igual ao número de pescadores presentes na maior zona até então, acrescido de uma unidade.

§7. A classificação final do Campeonato resultará do somatório das classificações obtidas na totalidade das provas, correspondendo o menor somatório à melhor classificação.

§8. Se, no final do campeonato, existirem pescadores com o mesmo número de pontos, o critério sequencial de desempate será:

- 1º - Menor número de faltas;
- 2º - Pela melhor classificação numa das provas e assim sucessivamente;
- 3º - Pelo somatório do peso dos exemplares válidos capturados em todas as provas;
- 4º - Pelo maior peso de exemplares válidos capturados em uma das provas e assim sucessivamente.

ARTº 18 – PENALIDADES

§1. Sempre que o Júri observe uma infração ao regulamentado deverá, tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §4., avisar o infrator de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §5., deverá de imediato advertir o pescador da mesma e registar o facto na ficha de pesagem do pescador ou em impresso próprio. Este registo deverá ser assinado por ambas as partes.

§2. Sempre que um pescador constate uma infração ao regulamentado por parte de um adversário, deverá chamar o Júri para este tomar conta da ocorrência. Na ausência do Júri por perto, tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §4., deverá advertir lealmente o infrator de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §5., deverá apresentar ao Júri participação por escrito, nos termos do preceituado no ARTº 13 do Regulamento Administrativo para a Competição.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

§3. Os pescadores que tenham sido protestados devem, de imediato, ser informados de tal facto pelo Júri. No final da prova, todos os pescadores que tenham sido advertidos deverão comparecer, obrigatoriamente, perante o Júri, de modo a poder efetuar a sua defesa. A sua não comparência será tida como uma renúncia ao direito de defesa, assumindo a sua culpabilidade.

Único) Se o pescador for menor de idade, as ações previstas neste ponto caberão ao pescador acompanhado do seu treinador ou dirigente do seu clube que o acompanhe na prova.

§4. Incorrem na penalidade de cinco pontos a adicionar à pontuação da prova, os pescadores que:

- a) Violam o preceituado nos pontos §11., §26. e §27. do ARTº 14;
- b) Violam o preceituado no ponto §8. do ARTº 16.

§5. Incorrem na penalidade de atribuição de cartão amarelo, conforme os termos do preceituado no ARTº 20, os pescadores que:

- a) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 5;
- b) Violam o preceituado nos pontos §1. e §3. do ARTº 7;
- c) Violam o preceituado nos pontos §1., §2., §3. e §4 do ARTº 10;
- d) Violam o preceituado no ponto §7. do ARTº 11.
- e) Violam os limites referidos no ponto §1. do ARTº 12;
- f) Violam o preceituado no ponto §6., §8. e §10. do ARTº 12;
- g) Violam o preceituado nos pontos §7., §32., §33. e §39 do ARTº 14;
- h) Violam o preceituado no ponto §6. do ARTº 16.

§6. Incorrem na penalidade de desclassificação na prova os pescadores que:

- a) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 3;
- b) Violam o preceituado nos pontos §1., §2., §3., §4., §5., §6. e §8. do ARTº 11;
- c) Violam o preceituado no ponto §11. do ARTº 12;
- d) Violam o preceituado nos pontos §3., §9., §10., §11., §13., §14., §16., §17., §18., §19, §20., §21., §22., §24., §25., §28., §29, §30., §31., §34., §35., §36. §37. e §38. do ARTº 14;
- e) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 15;
- f) Violam o preceituado no ponto §5. do ARTº 16;

ARTº 19 – ADVERTÊNCIA/PENALIZAÇÃO VIA CARTÃO AMARELO – ORGÂNICA

§1. Para os casos de penalidades previstos no ponto §5 dos ARTº 19, é introduzida a figura de atribuição de Cartão Amarelo, sistema a que todos os pescadores ficam sujeitos.

§2. Uma primeira penalização, denominada de cartão amarelo, é considerada advertência, não dando origem a qualquer penalidade refletida em pontos. Um cartão amarelo é valido até ao final da época seguinte, exceto se durante esse período o pescador sofrer uma segunda ou mais penalizações, conforme referido no §4 e §5.

§3. A eventual segunda penalização com um cartão amarelo, durante o prazo estipulado no número anterior, é considerada como negligência e traduz-se num cartão vermelho, dando origem a uma penalidade de cinco

pontos, a adicionar à pontuação da prova em que o mesmo foi atribuído. Com a atribuição do segundo cartão amarelo e consequente cartão vermelho, o registo de cartões amarelos pendentes é anulado, passando a zero.

§4. A partir da segunda penalização, toda e qualquer advertência posterior é sancionada automaticamente com 10 pontos, desde que ocorram durante a época desportiva em curso. Neste caso, não há transição de cartões amarelos para as épocas seguintes.

§5. No portal da FPPD, será exposto publicamente o seguinte:

- a) Advertências que ocorram durante a época, quer individuais, quer coletivas;
- b) Advertências pendentes que transitem para as épocas seguintes;
- c) Nos casos individuais, nome, número de filiado e clube a que pertence.

§6. Para os efeitos de atribuição de penalização via cartão, não é necessário que o Júri à prova tenha conhecimento de penalizações anteriores. A responsabilidade de conhecimento é do Pescador e da FPPD, entidade que procederá à atribuição das penalizações, após comunicação inscrita no relatório da prova.

§7. Durante uma época desportiva, não há limite de atribuição de cartões a um pescador.

ARTº 20 – DOPING

§ÚNICO. Todos os pescadores participantes nestes Campeonatos estão sujeitos a controlo Anti-Doping, à responsabilidade da ADoP.

ARTº 21 – RESOLUÇÃO DE CASOS OMISSOS

§ ÚNICO – Os casos omissos, serão resolvidos pontualmente, para cada caso concreto, por deliberação da Direção da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sob proposta do Vice-Presidente para a Área de Água Doce, com base nas regras da FIPS-ed, respeitando-se tal deliberação até à revisão do presente regulamento.

ARTº 22 – ENTRADA EM VIGOR DO PRESENTE REGULAMENTO

§ ÚNICO. O presente Regulamento entra em vigor no dia 01 de Janeiro de 2018, revogando todos os anteriores.

Anexo 1

§Único. Conforme estipulado no ponto §18 do **ARTº 14 - ACTUAÇÃO DOS PESCADORES EM COMPETIÇÃO**, é interdito o uso de alguns tipos de Engodadores (feeders), cujas imagens exemplificativas aqui se reproduzem. Sendo imagens exemplificativas, abrangem todos os Engodadores (feeders) deste género e não somente os exatamente iguais a estes.





FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA

Regulamento Especifico do Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Pesca com Engodador (Feeder) – Água Doce – 2018

- As regras a fazer cumprir e a cumprir neste Campeonato são as do respetivo Regulamento Especifico e as do Regulamento Administrativo para a Competição.
- A inscrição para este Campeonato termina a: **20 de Abril de 2018**
- Pescador que se inscreva para competir em mais do que uma disciplina ficará sempre sujeito a poder ver datas de competição sobrepostas nesse ano ou em anos seguintes, sendo de sua responsabilidade optar pela disciplina a competir nas datas de sobreposição.
- A Direção da prova e sua organização é da responsabilidade da FPPD.
- Calendário do campeonato:

Zona Norte:

Prova	Data	Local Competição	Local Concentração
1ª Prova	13 de Maio	Rio Tâmega – Chaves	Junta de Freguesia - Pista
2ª Prova	24 de Junho	Rio Tua – Mirandela	A Definir
3ª Prova	30 Setembro	Rio Cávado – Prado	A Definir
4ª Prova	04 Novembro	Rio Douro - Ferradosa	A definir

Zona Centro:

Prova	Data	Local Competição	Local Concentração
1ª Prova	13 de Maio	Barragem da Talagueira	Junto à pista
2ª Prova	24 de Junho	Barragem da Talagueira	Junto à pista
3ª Prova	30 Setembro	Rio Liz – Monte Real	Pista
4ª Prova	04 Novembro	Montemor-o-Velho	Pista

Zona Sul:

Prova	Data	Local Competição	Local Concentração
1ª Prova	13 de Maio	Barragem dos Patudos	Junto à Pista
2ª Prova	24 de Junho	Ribeira de Raia - Cabeção	Restaurante Solar da Vila
3ª Prova	30 Setembro	Rio Sorraia - Coruche	Snack Bar “O Coruchense”
4ª Prova	04 Novembro	Barragem de Montargil	A definir

Horário:

Designação	<i>Prova com Séries</i>		<i>Prova Única</i>	<i>Final</i>	
	<i>Sábado</i>	<i>Domingo</i>	<i>Domingo</i>	<i>Sábado</i>	<i>Domingo</i>
Concentração	9h30	9h30	07h30	8h30	07h30
Sorteio	9h45	9h45	07h45	8h45	07h45
Entrada para os pescadores	10h30	10h30	08h30	9h30	08h30
Aviso dos 5 minutos para o controle de iscos e engodos	10h45	10h45	08h45	9h45	08h45
Fim do controlo iscos e engodos	11h25	11h25	09h25	10h25	09h25
Engodagem inicial	11h50	11h50	09h50	10h50	09h50
Início da competição	12h00	12h00	10h00	11h00	10h00
Aviso – 5 minutos para o final	16h55	16h55	14h55	15h55	14h55
Final da competição	17h00	17h00	15h00	16h00	15h00

- Iscos e Engodos:
 1. Para todos os locais, a limitação de iscos para cada uma das provas é de 2,5 Litros por prova, incluindo no máximo 1/2 litro de minhocas e 1/8 litro de vers-de-vase
 2. A limitação de engodos por prova é de 12 litros.
- Prémios e título:

No final do campeonato serão atribuídos prémios aos três primeiros classificados.

Ao primeiro classificado de cada zona será atribuído o título de Campeão Nacional da 2ª Divisão de Pesca com Engodador (Feeder) – Água Doce - 2018.

- Júri:

O Presidente do Júri será nomeado pelo Presidente do Conselho de Arbitragem da FPPD, não podendo participar nas competições que ajuíza.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA

DECLARAÇÃO

Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Pesca com Feeder Água Doce – 2018

(Terá que dar entrada na Associação Regional a que pertence o pescador,
impreterivelmente até ao dia **13/04/2018**)

Eu, _____, pescador do Clube
_____, e da Associação _____, com o nº de
federado _____, **Licença nº** _____ declaro estar interessado em
participar no **Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Pesca com Feeder – Zona ☐ Norte, ☐ Centro ou ☐ Sul** (indicar em que zona deseja participar) – **2018**, tendo conhecimento e
concordando com o Regulamento Especifico para este campeonato e com o Regulamento
Administrativo para a Competição.

Contacto telefónico: _____ Email: _____

_____, ____/____/____

O pescador

A Associação

Valor da Inscrição: 32,00€

Atestados Médicos:

De acordo com a Lei em vigor (Nº 1 do Artº 40º da Lei nº 5/2007 de 16 Janeiro), todos os praticantes desportivos têm de ter o seu atestado médico válido até ao fim da época desportiva. Caso algum praticante se coloque em situação de incumprimento até ao final da época desportiva, os seus resultados entretanto obtidos não serão homologados (sem interferência nas classificações dos outros participantes). Antes de cada prova será conferido se algum pescador viu caducada a validade do seu atestado médico e se houver alguém que não o tenha em dia, **caso ainda assim queira pescar, ficará a homologação do seu resultado condicionada a fazer prova no prazo de 48 horas em como já o tinha entregue antes do inicio da prova.**

Autorizo a divulgação de fotografias capturadas no Campeonato Nacional, por parte da F.P.P.D., no seu site e Facebook oficiais. Sim: ☐ Não: ☐

Nota: Esta declaração com **todos os campos obrigatoriamente preenchidos e assinada**, terá que dar entrada na FPPD, enviada pela respetiva Associação Regional, impreterivelmente até ao dia **20/04/2018**.